



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Nº 2020.0124.00009-8

OBJETIVO: Contratação de serviços de pessoa jurídica para pesquisa da situação fundiária de imóveis rurais no Parque Nacional do Jamanxim

UNIDADE GESTORA: Parque Nacional do Jamanxim

Abril 2022

1. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA:

O Parque Nacional do Jamanxim foi criado pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006 para integrar o mosaico de unidades de conservação da Região do Tapajós. O Parque cumpre papel relevante por conectar-se ao mosaico de unidades da Região do Xingu, unindo as unidades do interflúvio Tapajós-Xingu. Desde a sua instalação a unidade tem sua cobertura vegetal ameaçada por atividades ilegais de mineração e corte seletivo de madeira. Ademais com anúncio do projeto da Estrada de Ferro 170 (Ferrogrão), houve cobiça imobiliária sobre os terrenos que estão à margem da futura ferrovia, cujo traçado é limítrofe ao Parque em toda sua extensão norte-sul. Essa especulação tem provocado, mediante desmatamento, o aumento da área de imóveis rurais no interior da unidade de conservação.

No ano de 2019 foi concluído o processo de elaboração do Plano de Manejo da Unidade, conforme a nova abordagem do ICMBio. Durante o planejamento de ações de gestão, a resolução da situação fundiária no Parque Nacional do Jamanxim foi indicada como atividade prioritária ao órgão gestor. É de fundamental importância realizar a pesquisa e consolidar um diagnóstico da situação fundiária, sendo estratégico o início desta atividade de forma a possibilitar a realização de outras pesquisas afetas a gestão e definidas em seu Plano de Manejo.

Até o presente momento o PARNA do Jamanxim não possui uma base de informações fundiárias fiável e abrangente; tal base daria suporte às decisões de gestão, em especial o desenvolvimento de pesquisas científicas no interior da Unidade de Conservação.

Em razão do grau de complexidade do tema e a exiguidade de recursos humanos para desenvolvê-la, a contratação de empresa especializada se apresenta como alternativa.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Contratação de serviços de empresa (pessoa jurídica) para elaboração de diagnóstico fundiário de imóveis rurais no Parque Nacional do Jamanxim.

Objetivos Específicos

Levantar, organizar e analisar conjunto de informações sobre imóveis rurais que ocupem total ou parcialmente o Parque Nacional do Jamanxim.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

A empresa deverá elaborar Plano de Trabalho **em no máximo 10 dias úteis após a assinatura do contrato**. O Plano conterá as atividades, estratégias operacionais, descrição da logística, cronograma e proposta de metodologia a serem adotados considerando os produtos previstos neste Termo de Referência. Apesar de constituir atividade obrigatória, o Plano de Trabalho não será passível de pagamento. Este Plano deve ser discutido e aprovado em reunião de planejamento a se realizar com a equipe da UNA Itaituba.

3.1 ATIVIDADES

Atividade 3.1.1 Encontros de trabalho com a equipe da Unidade

A empresa selecionada deverá agendar, no início do trabalho, uma reunião de dois dias em Itaituba/PA com a equipe da UNA para nivelamento das informações disponíveis e planejamento das atividades, conforme programação a ser estabelecida. Além disso, sempre que necessário, o ICMBio poderá convocar reuniões online por meio de ferramentas de videoconferência para fins de acompanhamento das atividades desenvolvidas e esclarecimento acerca dos produtos gerados. As datas dos encontros serão acertadas em comum acordo e com antecedência mínima de 3 (três) dias. Cada reunião online terá a duração máxima de 8 (oito) horas.

Atividade 3.1.2 Levantamento de informações em cartórios e instituições ligadas ao domínio de terras

Todas as instituições relacionadas com a questão fundiária e com os registros públicos de imóveis (como Superintendência do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Gerência da Secretaria de Patrimônio da União, Instituições Estaduais ligadas ao domínio das terras, quando necessário) deverão ser visitadas de forma que sejam obtidas as informações necessárias para identificar e caracterizar, com a maior precisão possível a situação fundiária dos imóveis rurais objeto deste termo de referência.

Deverão ser visitados os cartórios registro de imóveis dos municípios do Trairão e Itaituba; quando for caso deverá ser visitada a Superintendência do INCRA em Santarém.

Toda a documentação possível sobre a situação fundiária do PARNA do Jamanxim deve ser levantada e analisada, com o intuito de verificar a situação das ocupações existentes e sua origem, identificando:

- Registros, mediante pesquisa junto aos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas da região, com apuração das cadeias sucessórias nos termos da Instrução Normativa ICMBio nº 02/2020 (com cópias dos documentos e da certidão de inteiro teor da matrícula ou transcrição atual);
- Títulos de propriedade emitidos por órgão federal ou estadual de regularização fundiária, quando for o caso;
- Pendências documentais nos processos administrativos que tratem dos imóveis objeto deste TdR

Além disso, deverá ser feita uma pesquisa junto aos órgãos judiciários, a fim de realizar o levantamento de possíveis ações judiciais que tenham por interesse imóveis situados no interior do PARNA do Jamanxim.

Atividade 3.1.3 Georreferenciamento de memoriais descritivos e/ou documentos de localização de imóvel rural

Digitalização das informações de localização espacial dos imóveis rurais; georreferenciamento dos vértices dos imóveis, que estejam contidos em memoriais

descritivos e/ou documentos de localização espacial. Os arquivos digitais deverão estar em formato *shapefile*, no Sistema de Coordenadas UTM (DATUM SIRGAS 2000).

4. PRODUTOS

4.1 Produto 1 - Documentos para instrução processual reunidos e aprovados

Conjunto documental de cada um dos imóveis rurais identificados no PARNA do Jamanxim, necessários a instrução de processos administrativos de desapropriação e indenização. Os documentos a ser reunidos estão descritos na Instrução Normativa ICMBio nº. 4, de 2 de abril de 2020, ou norma que vier a revogá-la. A apresentação desse produto deverá ser em formato pdf.

Para execução desse produto, faz-se necessária diligência a cartórios, órgãos de terras e judiciário, para identificação e juntada de documentação. Tal diligência, será realizada por meio de 1 (uma viagem) com duração estimada de 10 (dez) dias.

4.2 Produto 2 - Relatório de execução do georreferenciamento das áreas/imóveis

Relatório constando as seguintes informações individualizadas de cada imóvel rural no PARNA do Jamanxim: planta em escala compatível e memorial descritivo da área ocupada, indicando os limites e confrontantes; percentual da área do imóvel inserida na unidade de conservação; mapa de localização do imóvel em relação à unidade de conservação, indicando as vias (estradas, ramais, rodovias) que podem acessá-lo; mapa de sobreposição do imóvel em relação a limites estaduais, limites municipais, assentamentos federais (INCRA), assentamentos estaduais (ITERPA), glebas públicas federais (INCRA), glebas públicas estaduais (ITERPA), imóveis privados certificados (SIGEF); mapa de uso e ocupação do solo, indicando o percentual de área com cobertura vegetal primária, secundária e em uso por culturas e pastagens (dados TERRACCLASS); mapa de sobreposição do imóvel com dados de desmatamento acumulado (PRODES), indicando os anos dos desmates. A apresentação desse produto deverá ser em formato pdf.

4.3 Produto 3 – Malha fundiária georreferenciada

Banco de dados georreferenciados contendo as informações espaciais sobre a localização e área de cada imóvel rural no PARNA do Jamanxim. As plantas ou memoriais descritivos serão digitalizados e georreferenciados em sistema de informação geográfica (SIRGAS 2000 UTM), as informações serão consolidadas em formato *shapefile* e *kml*. A digitalização e georreferenciamento do memorial descritivo de todos os imóveis rurais no PARNA do Jamanxim formará a malha fundiária da unidade. Os arquivos *shapefile* e *kml* e seus subprodutos serão entregues em mídia digital (pen drive e/ou CD).

4.4 Produto 4 - Relatório de Análise Multitemporal

Relatório elaborado com suporte em imagens satelitais SENTINEL2 (com composição de bandas em cor natural), descrevendo para cada imóvel rural, que intercepte o PARNA do Jamanxim, o início da ocupação e a evolução do uso do solo até o momento da confecção do relatório. Serão descritas as datas de ocorrências de desmates e o tamanho das áreas abertas, em cada um dos anos em que houver modificação da cobertura vegetal. Acompanhará o relatório os mapas multitemporais de cada um dos imóveis, onde se ilustrará com imagens satelitais a evolução da ocupação. A apresentação desse produto deverá ser em formato pdf.

4.5 Produto 5 - Relatório da situação fundiária elaborado e aprovado

Relatório de caracterização da situação fundiária do PARNA do Jamanxim, sintetizando as informações apresentadas nos produtos anteriores, indicando o número total de títulos e posses na unidade, contextualizando a ocupação na unidade de conservação, indicando as posses que se estabeleceram antes e após a criação do PARNA do Jamanxim, reunindo a documentação que caracteriza a dominialidade ou a detenção de terra pública e estabelecendo, quando for o caso, a cadeia dominial. A apresentação desse produto deverá ser em formato pdf.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos a serem gerados pela empresa devem ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.

A forma de apresentação dos relatórios seguirá os padrões estabelecidos pela ABNT, pelas normas cartográficas nacionais, a Terceira Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, o Manual Técnico de Posicionamento, o Manual Técnico de Limites e Confrontações e o Manual para gestão da certificação, dentre outras normas vigentes relativas ao tema, quando pertinente.

Os produtos preliminares deverão ser entregues em formato digital e, quando solicitado, impressos.

Os produtos finais e seu relatório serão entregues de forma preliminar em formato doc e xls para análise e aceite do ICMBio. A empresa adequará ou corrigirá os produtos conforme necessidade, e entregará a versão final. Os produtos finais serão elaborados em documento formato pdf, e em formato shp, kml e tiff ou jpeg para os dados geoespaciais, a serem entregues em pendrive e quando conveniente via digital.

Toda a base cartográfica para a elaboração dos produtos deste Termo de Referência deverá ser entregue ao ICMBio, de forma digital e organizada em pastas com o detalhamento necessário à sua localização.

6. ABRANGÊNCIA

O serviço será realizado nas comarcas de registro que envolver os imóveis rurais que sobrepõem o PARNA do Jamnuxim, ou seja, Itaituba e Trairão; bem como no município de Santarém, onde está localizada a Superintendência Regional do INCRA.

7. PRODUTOS E CRONOGRAMAS

Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma e os respectivos pagamentos de valores abaixo.

PRODUTOS	VALOR DO CONTRATO	DATA PREVISTA
Plano de trabalho	0%	7 dias úteis após contratação
Produto 1: Documentos para instrução processual reunidos e aprovados	30%	60 dias corridos após a contratação
Produto 2: Relatório de execução do georreferenciamento das áreas/imóveis	15%	120 dias corridos após a contratação
Produto 3: Malha fundiária georreferenciada	15%	150 dias corridos após a contratação
Produto 4: Relatório de Análise Multitemporal	15%	180 dias corridos após a contratação
Produto 5: Relatório da situação fundiária elaborado e aprovado	25%	240 dias corridos após a contratação

Passagens aéreas, diárias, despesas de deslocamento, além de todo e qualquer material necessário para realização dos levantamentos cartorial e junto aos órgãos públicos de terras e para a elaboração dos produtos requeridos serão de responsabilidade da empresa a ser contratada.

A vigência do contrato será de 300 dias a partir da contratação. Não haverá aditivos de prazo.

8. PRAZOS

Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da UNA Itaituba, esta terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, a empresa atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo estes ser entregues num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar feita pela UNA Itaituba. O pagamento de cada produto depende de sua prévia aprovação pela equipe da UNA e será realizado em até 10 dias úteis pelo FUNBIO, após o recebimento do documento de cobrança (nota / fatura) e do Termo de Recbimento e Aceite (TRA), documento emitido pela Equipe Técnica, mencionada no item 11, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações.

9. DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito deste contrato serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela empresa, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e das comunidades residentes, conforme Instrução Normativa ICMBio nº 19 de 16 de setembro de 2011.

10. QUALIFICAÇÃO

Os serviços serão contratados pelo menor preço ofertado, desde que comprovada a qualificação mínima exigida abaixo.

- Experiência em projetos com ênfase em elaboração de diagnóstico fundiário na Amazônia;
- Possuir pelo menos dois trabalhos em levantamento fundiário e/ou análise de cadeias dominiais de imóveis rurais, preferencialmente em órgãos públicos;
- Possuir pelo menos um trabalho de georrefereciamento de imóveis rurais, geração de mapas e/ manuseio de imagens raster, preferencialmente na Amazônia, com atestado de conclusão junto a instituições públicas ou privadas, ou atestado de instituição pública ou privada;
- Apresentação de declaração de disponibilidade de viagem.

A comprovação de prestação de serviços anteriores por meio de cópia de contratos e/ou atestados. Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da contratante, assinado e datado pelo representante legal, devendo constar: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da contratada; resumo descritivo do trabalho realizado e período de realização (dd/mm/aa a dd/mm/aa).

11. SUPERVISÃO

O acompanhamento e a aprovação dos trabalhos estarão a cargo da equipe da UNA Itaituba. A equipe técnica poderá realizar, quando necessário, reuniões ao longo do desenvolvimento do trabalho, agendadas de acordo com o plano de trabalho estabelecido com o contratado. A aprovação técnica do documento final será de responsabilidade da UNA Itaituba, que informará a pertinência do pagamento das parcelas (intermediárias e final) estabelecidas no contrato.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pela Unidade de Coordenação do Programa - UCP, do Ministério do Meio Ambiente.